



Moção Setorial | Economia Social. Por um distrito equilibrado e sustentável.

A Economia Social ou Economia Solidária constitui a esfera do chamado terceiro sector¹, desempenhando um papel importante na erradicação da pobreza e da exclusão social, através das suas várias intervenções e respostas dadas, assumindo a função de entidade geradora de crescimento económico e de emprego.

Os objetivos da Economia Social passam pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do Homem. Nesta sequência de ideias, este sector pode eventualmente substituir a acção do Estado ou ser um prolongamento seu na implementação das políticas sociais.

Este sector inclui, genericamente, dois tipos de organizações: aquelas que funcionam como empresas embora não visem o lucro (relacionadas com o movimento cooperativo) e as organizações privadas mantidas por donativos, quotas, trabalho voluntário, doações e recursos públicos, tais como associações e fundações.

Neste sentido, é à esfera das instituições particulares de solidariedade social (IPSS's) que se direcciona a nossa moção sectorial, visto que elas desempenham, hoje em dia, um papel fulcral na nossa sociedade e que, face ao perfil ideológico do governo atual, podem ter um sério risco de sustentabilidade. Este tipo de instituições é o braço direito das autarquias pois, uma vez que para além do apoio social que oferecem nas mais variadas valências, são já um importante pólo empregador nas localidades, permitindo uma fixação estável de pessoas, impulsionando o crescimento económico nos municípios.

Assim, e por estarmos em ano de autárquicas, é importante que o distrito incentive os seus candidatos autárquicos a ter uma visão específica sobre este sector e

¹ Sendo o primeiro, o setor público (Estado) e o segundo, o setor privado.



que o redimensione à escala regional de forma a ter um distrito equilibrado, sustentável e de maior alcance social para as comunidades face às exigências e carências existentes.

A nossa concelhia vem, neste âmbito, apresentar as seguintes propostas:

1) Aveiro em Formação

Aquando da realização desta importante marca de formação, esta ser virada para as autárquicas e ter um segmento destinado às Políticas Sociais das Autarquias; ajudando, assim, a dar a conhecer aos nossos jovens a importância destas instituições e a promoção do seu funcionamento em rede: entre si num município², entre si e a autarquia e num âmbito regional.

2) Acções de Formação

A JSD pode e deve alertar o Partido para que, nos seus municípios, ajudem a fomentar a criação de Gabinetes de Apoio Social onde não existam, ou existindo, incentivando a que esses gabinetes tenham um papel mais direto com estas instituições. Num mundo onde a legislação está em constante mutação e onde as direções deste tipo de instituições são compostas por elementos envelhecidos, o acompanhamento jurídico ou informativo da autarquia é vital para que estas consigam acompanhar a própria evolução do meio. Acções de formação para os próprios dirigentes são, também, uma forte hipótese que pode ser implementada.

3) Conselho Municipal de Juventude

Nos municípios onde existam este tipo de órgãos, é importante que a JSD promova a que as suas Concelhias defendam nos CMJ's a criação de Bancos Municipais de Voluntariado nas autarquias onde não existem e, existindo, a que estes funcionem em perfeita articulação com as instituições, promovendo também a divulgação das

² Com o incentivo, por exemplo, ao estabelecimento de Uniões das IPSS's concelhias de uma forma ativa, funcional e bem estruturada.



mesmas, de forma a incentivar a participação dos jovens nos órgãos sociais das IPSS's, permitindo assim uma renovação estruturada e sustentável neste tipo de órgãos. Aqui, as ações de formação para os jovens dirigentes são uma forte hipótese que pode ser implementada a nível autárquico.

4) Incentivo a criação de novas valências

O Distrito tem, atualmente, uma forte resposta social em muitas das valências que são características das IPSS's, como as que estão diretamente relacionadas com as crianças e com os idosos, apresentando lacunas na resposta na área da deficiência e dentro desta, na deficiência adulta. A JSD, fruto da sua matriz ideológica, pode e deve alertar o Partido para que, nas suas autarquias e de forma articulada com as IPSS's e com a Segurança Social ultrapassasse esta lacuna. O Apoio Domiciliário Integrado³ ou a criação de Unidades de Apoio⁴ a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico são outras áreas que devem ser alvo de grande atenção e de forte impulsionamento face às novas necessidades e exigências sociais existentes.

5) Benefícios fiscais

Finalmente, para além dos subsídios normais atribuídos pelas autarquias e pela Segurança Social, os municípios devem, à luz da nossa matriz ideológica, premiar a excelência. Neste sentido, devem ter sempre em especial atenção, a realidade social existente e as capacidades de resposta das diferentes valências das IPSS's. Tendo em conta as exigências burocráticas da lei, da certificação associada a este tipo de instituições e ao agravamento da estabilidade económica das populações. A JSD deve incentivar o Partido a que, nas suas autarquias, ajudem as IPSS's, em articulação com a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Aveiro (UDIPSS)

³ Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

⁴ Através de Unidades de Vida Apoiada, Unidades de Vida Protegida, Unidades de Vida Autónoma e até mesmo Fóruns Socio-Ocupacionais.



e com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) a reivindicar junto do Governo, um conjunto de benefícios fiscais que minimizem as implicações das exigências acima referidas e que impulsionem a própria estabilidade do sector como, por exemplo, a redução da TSU aplicada nestas instituições.

A JSD como estrutura responsável e preocupada com o futuro intergeracional e como verdadeira agente de reformas profundas na sociedade, deve estar sempre à frente do seu tempo, sendo este um dos princípios que moveu a nossa concelhia em apresentar a presente moção sectorial.

Por um Distrito Equilibrado, Sustentável e com Futuro,

A Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro